Competência Municipal e Desafios na Regulamentação Ambiental: Estudo de Caso sobre o Licenciamento Ambiental em Municípios de Minas Gerais.

Autor(res)

Felipe De Almeida Campos
Luiza Idafrancis Carneiro Sabino
Stace Liz Carneiro
Ivone Alves De Sousa Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE VENDA NOVA

Introdução

O licenciamento ambiental é reconhecido como um instrumento essencial para a preservação do meio ambiente, desempenhando um papel crucial na conciliação entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Embasado na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) e na Constituição Federal de 1988, o licenciamento ambiental visa mitigar os impactos negativos decorrentes das atividades humanas sobre o meio ambiente. A descentralização do licenciamento ambiental, prevista na Lei Complementar 140/2011, atribui aos municípios uma parcela significativa de responsabilidade na gestão ambiental local. Essa descentralização reflete uma tendência global de transferência de poder e responsabilidade para níveis inferiores de governo, reconhecendo a importância da proximidade com as questões ambientais e a capacidade dos municípios de responder de forma eficaz aos desafios locais.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar os desafios enfrentados pelos municípios de Minas Gerais na regulamentação ambiental, com foco no licenciamento ambiental e no uso das áreas de preservação permanente (APPs), buscando identificar diretrizes e boas práticas para uma gestão ambiental local eficiente e sustentável.

Material e Métodos

Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a legislação ambiental pertinente, incluindo a Lei Complementar 140/2011, a legislação estadual de Minas Gerais relacionada ao licenciamento ambiental e à regulamentação das APPs, bem como estudos de caso sobre a municipalização do licenciamento ambiental em outros estados brasileiros. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e análise de relatórios técnicos.

Resultados e Discussão

Os resultados da pesquisa evidenciam uma complexa realidade enfrentada pelos municípios de Minas Gerais no

contexto da regulamentação ambiental, especialmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental e à gestão das áreas de preservação permanente (APPs). Apesar da descentralização do licenciamento ambiental preconizada pela Lei Complementar 140/2011, muitos municípios encontram dificuldades significativas na efetivação dessa competência. Um dos principais desafios identificados é a falta de estrutura técnica e administrativa adequada nos órgãos municipais responsáveis pela gestão ambiental. Isso inclui a escassez de profissionais capacitados para realizar os processos de licenciamento ambiental e para fiscalizar o cumprimento das normas ambientais. Além disso, a carência de recursos financeiros também impacta negativamente a capacidade dos municípios de implementar políticas e programas voltados para a proteção do meio ambiente.

Conclusão

Os resultados deste estudo destacam a urgente necessidade de fortalecer a capacidade dos municípios de Minas Gerais na gestão ambiental, especialmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental e à regulamentação das áreas de preservação permanente. A cooperação entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil é essencial para enfrentar os desafios ambientais e promover um desenvolvimento sustentável em nível local.

Referências

Brasil. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Estabelece normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros, 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MARQUES, Gabriel Loterio et al. Licenciamento ambiental e arqueologia de contrato: desafios do ofício no contexto de desregulação ambiental, um estudo de caso sobre a UHE Formoso. 2023.

DE CARVALHO, MICHELLE AURELIO. Os desafios do licenciamento ambiental municipal. 2012.